

Manifestação religiosa em Pirenópolis: a Folia do Divino Espírito Santo pelas ruas da cidade

Maria Idelma Vieira D'Abadia¹

João Guilherme Curado²

A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis foi reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil em 2010, devido sua representatividade cultural. Dentre as manifestações que compõe o mosaico desta festividade, destacamos a Folia do Divino Espírito Santo, que mantém tradições seculares, como a de agregar pirenopolinos em torno de uma devoção bastante intensa. Propomos investigar o trajeto da Folia pelas ruas da cidade no contexto atual, em que o espaço local tem sido cada vez mais apropriado pelo turismo e parte da população tem se convertido a outras crenças. Pretendemos, por meio dos registros já realizados, expor como ocorrem as práticas festivas da Folia no espaço urbano desta cidade goiana.

Palavras-chave: Festa do Divino; Folia; Pirenópolis

Não se espera que nada de extraordinário aconteça ali, no lugar onde se festeja.

Nada além do que está exatamente acontecendo

(BRANDÃO, 2004, p. 28)

A abordagem aqui proposta sobre as manifestações religiosas da Folia do Divino Espírito Santo na cidade de Pirenópolis, Goiás é uma confluência de fragmentos provenientes de duas pesquisas distintas, mas que se dialogam, tendo os trabalhos de campo como principal epicentro articulador das ideias que serão apresentadas.

Inicialmente, a título de contextualização espacial, apresenta-se um breve histórico de ocupação do espaço goiano, que desde sua origem contou

¹ Doutora em Geografia, Professora e Coordenadora do Programa de Pesquisa e Pós-graduação - Mestrado Territórios e Expressões Culturais no Cerrado - UEG. Coordenadora do Projeto Artes e saberes nas manifestações católicas populares – FAPEG05/2012 e Trajes festivos - vestimentas nas festas goianas – UEG/2015-2017. midabadia@bol.com.br

² Doutor em Geografia. Professor da Rede Estadual de Educação de Goiás e Professor temporário da Universidade Estadual de Goiás – Campus Pirenópolis. Pesquisador do Projeto Artes e saberes nas manifestações católicas populares – FAPEG05/2012. Líder do Grupo de Pesquisa Saberes e Sabores Goianos. Coordenador do Projeto Centro Histórico de Pirenópolis: vinte anos de legislação e integrante da equipe Centro de Estudo e Pesquisa Ciranda da Arte. joaojgguilherme@gmail.com

com uma gama de manifestações religiosas do catolicismo popular. Posteriormente as observações serão do trajeto histórico da Folia e do *giro* desta pelo município de Pirenópolis. Neste ínterim, o passado e o presente se constituem a partir de uma perspectiva do ir e vir da Folia pelas ruas da cidade que atualmente vem se despontando enquanto atrativo turístico, mas que mantém feições e tradições advindas do período aurífero.

Pelos caminhos de Pirenópolis

A ocupação oficial das terras goianas aconteceu, segundo Palacín (1994) a partir do início da década de 1720, sendo as normatizações sobre a constituição dos núcleos urbanos pouco posteriores e seguindo, em grande parte, o que fora determinado para a ereção de Vila Boa, que posteriormente (1745) passaria a abrigar a sede administrativa das minas de Goiás.

A primeira regulamentação sobre o espaço urbano goiano, conforme salientou Coelho (1996) foi a Carta Régia de 11 de fevereiro de 1736, pela qual o Arraial de Santana foi elevado à categoria de Vila, para tanto, o edito, de acordo com transcrição do documento, apresenta um modelo a ser obedecido e que foi seguido e/ou adaptado por outros núcleos auríferos em Goiás:

Logo determineis nela o lugar da Praça no meyo da qual se levante pelourinho e se assinale a área para o edificio da Igreja capaz de receber competente número de freguezes ainda que a povoação se aumente, e que façais delinear por linhas rectas a area para as cazas com seus quintais, e se designe o lugar para se edificarem a Caza da Camara e das Audiências e Cadeya [...] as cazas dos moradores as quais pelo exterior sejam todas no mesmo perfil, ainda no interior as fará cada um dos moradores à sua eleyção de sorte que em todo tempo se conserve a mesma fermosura da terra e a mesma largura das ruas (In: COELHO, 1996, p. 13).

Conforme determinações expressas acima o Arraial de Santana, situado entre a Serra Dourada e o Rio Vermelho, foi elevado à Vila Boa de Goiás e o espaço foi se transformando ou sendo adaptado para cumprir as orientações no intuito de abrigar não só uma comunidade de mineradores e seus escravos, mas também uma administração real e religiosa.

Nas proximidades dos Pireneus e às margens do manancial que os bandeirantes denominaram de Rio das Almas — por terem sido as almas do purgatório as primeiras beneficiadas com o ouro ali encontrado — fundou-se o “terceiro núcleo populacional de Goiás” (JAYME, 1971, p. 76).

As informações apontam para uma repetida dinâmica de ocupação espacial em terras goianas. Primeiro às margens do rio, depois em situação mais elevada quando parecem seguir as regras impostas para a constituição do Arraial de Santana: uma igreja matriz, um largo e ruas que dela partem em direção a localidades distintas.

Na antiga Meia Ponte a ocupação aconteceu junto à ponte que ligava o núcleo (margem esquerda) à propriedade de Antônio Rodrigues Frota (margem direita), um rico minerador sobre o qual existem várias lendas (JAYME, 1973). As terras do Frota eram povoadas apenas pela família, que abastada construiu a Igreja de Nossa Senhora do Carmo para as obrigações e devoções familiares, uma vez que eles pouco atravessavam o rio para o convívio com os demais habitantes. Importante se faz o fato de que para alcançar a Estrada do Norte, o acesso se dava por parte da propriedade (MAGALHÃES; ELEUTÉRIO, 2008).

Enquanto isso, no outro lado do Rio das Almas a população ia crescendo junto às datas auríferas, o que exigia a constituição de um núcleo, e obedecendo as premissas daquela época, escolheram um local alto e mais plano para a edificação de uma igreja, cujo orago era destinado a Nossa Senhora do Rosário, que sendo comemorada nas proximidades da data de chegada dos primeiros bandeirantes, passou a ser a padroeira local.

Também durante o processo mineratório os negros construíram, sobre o mesmo orago, uma igreja para seu culto. Essa constitui o último vértice do triângulo de povoação inicial, a igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, acabou, de maneira singular, de estabelecer a configuração original de Meia Ponte, pois possibilitou a intersecção entre os pontos de ocupação.

Os mineradores ergueram habitações no Largo da Matriz e ao longo dos caminhos que levavam à Vila Boa de Goiás (oeste), à Bahia (leste) e também ao Rio das Almas (norte), constituindo assim os primeiros logradouros, denominados, respectivamente por: Rua Direita, Rua do Bonfim

e Rua do Rosário que ligava a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário com a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

A Rua do Rosário foi a primeira via pública a receber calçamento; constituía-se como uma das mais movimentadas e importantes, no contexto da mineração, pois ligava a população ao Rio das Almas, separava ao mesmo tempo que unia a população branca à negra. Destacava-se ainda não só pela religiosidade do branco e a imposição da fé católica aos negros, mas por ser o eixo central da economia aurífera.

No entanto, vale ressaltar que a produção de ouro foi diminuindo significativamente em Goiás a partir de 1755 (SALLES, 1992), o que acabou por contribuir para a diminuição de núcleos urbanos e até mesmo a extinção de alguns deles.

Meia Ponte sobreviveu adaptando-se às atividades agropastoris de subsistência, o que levou à ruralização da população, mantendo pouco alterado o traçado urbano original, do período da mineração, que foi observado e descrito no século seguinte, por viajantes como Pohl e Saint-Hilaire.

A sua maior parte ocupa uma colina em cujo sopé fica, numa praça aberta e quadrada, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário [...] Todas as ruas são retas e têm até passeio de xisto quartzífero. Das três ruas principais, uma é calçada. As casas são térreas, construídas de madeira e barro, caiadas e cobertas de telhas. Não se encontram aqui vidraças nas janelas, que, mesmo na igreja, são substituídas por pano de linho esticado. A cadeia é o único edifício assobradado (POHL, 1976, p. 116).

Meses depois, foi a vez de receber a visita do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, que deixou suas impressões sobre o “encantador Arraial de Meia Ponte”, que segundo ele

tem praticamente o formato de um quadrado e conta com mais de trezentas casas, todas muito limpas, caprichosamente caiadas, cobertas de telhas e bastante altas para a região. Cada uma delas, conforme o uso em todos os arraiais do interior, tem um quintal onde se veem bananeiras, laranjeiras e cafeeiros plantados desordenadamente. As ruas são largas, perfeitamente retas e com calçadas dos dois lados. Cinco igrejas

contribuem para enfeitar o arraial. A igreja paroquial, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, é bastante ampla e fica localizada numa praça quadrangular. [...] Da praça onde fica situada essa igreja descortina-se um panorama que talvez seja o mais bonito que já me foi dado apreciar em minhas viagens pelo interior do Brasil (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 36).

As descrições dos viajantes possuem em comum a descrição de meia Ponte, que seguia as orientações contidas no documento destinado a Vila Boa de Goiás: centralidade da Matriz e de seu largo, ruas retas, casas com quintais e bastante similares.

Outro destaque observado por eles foram os aspectos arquitetônicos, como a quase ausência de edificações assobradadas, excetos prédios públicos administrativos, como a Casa de Câmara e as igrejas. Basicamente os materiais construtivos em Goiás naquela fase foram dependentes

da argila, da pedra e da madeira, utilizados de várias formas, quer isoladamente, quer em associação uns com os outros, empregados a partir de técnicas variadas, que estão sempre vinculadas às possibilidades regionais (COELHO; VALVA, 2001, p. 111).

Em relação às questões técnicas construtivas, muitas delas foram adaptadas do modelo português de construção, mas que passaram por adaptações para serem edificadas no Cerrado, aproveitando não só os materiais, mas também as questões climáticas: a seca e as águas. A etapa inicial ocorria na estiagem, quando os “edifícios passaram a ser construídos com uma estrutura autônoma de madeira, formando gaiolas” (COELHO, 2007, p. 14-5). Para as paredes “a taipa, bastante empregada, aparece principalmente nas construções mais importantes, como igrejas e edifícios públicos”. Enquanto “o adobe, ou mesmo o pau-a-pique, nas construções residenciais” (COELHO, 2007, p. 17-18).

Sendo os elementos construtivos os mesmos, o diferencial vinha por meio das técnicas, sendo que “a feição da casa goiana resulta do programa de necessidades” (VAZ; ZÁRATE, 2003, p. 62), ou seja, continuam as autoras: “as casas foram aqui adaptadas às limitações presentes no contexto regional

— eram modestas construções sem quaisquer traços de erudição” (2003, p. 59).

A casa meiapontense do período da mineração era pouco provida, pois as incertezas quanto a produção aurífera faziam das mesmas apenas lugar de abrigo. Com a queda da produção houve a necessidade de migração para desenvolvimento de atividades agropastoris, e as casas, conforme salientou Saint-Hilaire “as casas permanecem vazias durante toda a semana” (1975, p. 37), uma vez que a maioria dos habitantes só ia ao arraial aos domingos, por ocasião da missa matinal.

Com erudição, ou seguindo padrões pouco variáveis; com muito ou pouco uso, o que não pode deixar de ser mencionado é a importância que as casas tiveram para Goiás, no período da mineração:

nos núcleos goianos de molde tradicional, a casa é a unidade morfológica geradora do traçado urbano (sempre orgânico) e importante elemento da paisagem urbana. As relações formais que as unidades estabelecem entre si (geminadas ou isoladas) e com o sítio geográfico (topografia e cursos d’água) conferem atributos configurativos e, às vezes, identidade ao local (VAZ; ZÁRATE, 2003, p. 62).

Foi por meio deste traçado urbano, constituído por casas e quintais, que ainda no período colonial, começou a percorrer uma das importantes manifestações culturais pirenopolinas: a Folia do Divino Espírito Santo, que integra o conjunto de devoções que conglomera as igrejas, casas e principalmente as ruas por ocasião de Pentecostes.

Pelas ruas da cidade

Provavelmente os primeiros registros sobre a Festa do Divino Espírito Santo que acontece na goiana cidade de Pirenópolis adveio, pelo menos do ano de 1819, segundo documentação encontrada por Jayme, que expõe o seguinte: “não conseguimos obter, entretanto, a despeito de perseverantes e cuidadosas indagações, notícias exatas, anteriores ao ano de 1819, dessa festa popular” (1971, p. 610).

O fato de não se ter registros, conhecidos, anteriores a esta data, pode ser caracterizado pelo fato da festa constituir-se uma manifestação popular, mas após a passagem dos viajantes pelas terras goianas, e dos apontamentos por eles feitos, uma vez que estas festas não eram mais tão comuns na Europa, tenha alertado os goianos para a necessidade de anotações sobre a cultura local.

Destarte, com as Folias ao Divino Espírito Santo acontecia o mesmo anteriormente à data indicada; mas há carências de informações sobre esta manifestação devocional, bastante recorrente em Goiás, anteriores àquela data. A falta ou deficiência documental sobre a Folia do Divino em Pirenópolis e em outras cidades goianas incide sobre o fato de que as práticas do catolicismo popular não eram bem vistas ou aceitas pela Igreja, que em diversas ocasiões propuseram interferências e regulamentações no intuito de *controlar* estas manifestações festivas.

A Folia do Divino Espírito Santo pouco se ocupa do espaço urbano da cidade, onde pernoita para o levantamento ou junta, como é denominado o momento em que os foliões, a cavalo, se agrupam e realizam vários rituais que possibilitam a saída da Folia, como a própria denominação indica, a Folia se despede da área urbana para adentrar o mundo rural, passando por inúmeras propriedades (o giro), para dias depois retornar a Pirenópolis, quando é esperada pela população (chegada da Folia).

O *giro* acontece a partir do oeste, sempre sem cruzar caminho, o que se caracteriza como uma “interdição propriamente mágico-religiosa” — utilizando uma denominação de Van Gennep (2011, p. 34) sobre tabus. A Folia retorna para as ruas da cidade a partir do sul.

O desfile dos foliões pelas ruas pirenopolinas geralmente seguiam e ainda seguem um mesmo trajeto: Largo da Matriz, Rua do Bonfim, Rua Aurora, Rua do Rosário (substituída pelo trânsito junto a Bernardo Sayão — beira rio), Rua Direita, Rua Nova e seguindo para a casa do Imperador do Divino daquele ano. Podendo assim acarretar o cruzamento de caminhos ou repetição de ruas.

Se as questões ligadas ao “mágico-religioso” — o caminho — eram contornadas por respeito, devoção ou temor, o mesmo passou a não

acontecer com a *saída* e com a *chegada* da Folia, que passou a contar com outras atividades de ocupação espacial que acabaram tomando maior importância que as tradições culturais, assim como prenunciou Oscar Leal, quando de sua passagem por Meia Ponte, que naqueles instantes alterou sua toponímia para Pirenópolis. Fato que ele, mesmo tendo participado das sessões da Câmara, insistia em grafar a nova denominação de uma maneira peculiar:

Perynópolis hoje é uma sombra da celebre Meiaponte de outr'ora, no entanto vaticino-lhe ainda em tempo não remoto um futuro de grandeza e prosperidade. O seu clima benigno e as riquezas naturais que a rodeiam, são tantas, que abertas mais fáceis vias de comunicação, hão de chamar no correr do tempo a atenção dos emigrantes e dos empreendedores. O tempo dirá (LEAL, 1980, p. 87).

O tempo confirmou as premonições do lusitano visitante, e a partir da década de 1990, o Turismo passou a constar na pauta de políticas públicas, municipal, estadual, com foco para o nacional e até mesmo internacional. Pirenópolis teve seu núcleo urbano inicial transformado em centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 22 de novembro de 1989 (IPHAN, 1996, p. 1), o que contribuiu também para inúmeras alterações na cidade desde então.

Vários meios de hospedagem foram abertos, alguns deles no Centro Histórico e por proteção federal não puderam alterar as casas para adaptar garagens, sendo os carros estacionados pelas ruas.

Restaurantes e bares também passaram a compor a paisagem local, sendo que a falta de espaço levou mesas e cadeiras para as ruas, o que contribuiu para que trecho da Rua do Rosário fosse, por Decreto municipal de 1997, transformada em rua do lazer em finais de semana e feriados.

O trecho contemplando com o Decreto da Rua do Rosário vinha se transformando em um espaço gastronômico destinado aos turistas e por ter um conjunto arquitetônico de casas geminadas, pouco eram as acomodações internas, pois havia uma tendência inicial de preservar não apenas as fachadas, mas o máximo possível da estrutura interna dos imóveis, por isso a

rua tornou-se um espaço a ser ocupado pelos empreendimentos e também pelo poder público como várias edições do Canto da Primavera que ali aconteceram.

Mas como nem tudo são flores, a iniciativa de um instituto local organizou ali, o primeiro Piri Jazz Festival, entre os dias 25 a 27 de abril de 2008, com um palco que tomava quase toda a entrada da rua. O problema é que naquele final de semana ocorria o *junta* e a *saída* da Folia, do mesmo endereço, dificultando a manutenção da tradição, uma vez que foliões a cavalo disputaram espaço com turistas acomodados às portas dos bares e restaurantes. Sem mencionar o grande palco que dificultou a passagem dos foliões no cumprimento do tradicional trajeto.

Figura 1: Mosaico de imagens da saída da Folia de 2008



Fonte: Curado, 2008.

Inicialmente, a vista de trecho da Rua do Rosário a partir do palco do evento, quando turistas e foliões se misturam entre diversão e devoção.

A segunda imagem aponta um palco no meio do caminho, mas é bastante significativa por focar também a casa que foi utilizada por quase cinquenta anos para o *junta e saída* da Folia. Era o imóvel de número 27, que pertenceu ao alferes Otávio Francisco de Moraes, que conduziu a Folia por várias décadas e que ainda foi Imperador do Divino em 1987. Diante das investigações casa-rua e rua-casa, Brandão (2001, p. 21) afirmou

eu quero mesmo desconfiar que essa conjunção da casa e da rua através da estrutura do ritual popular da visitação (trazer a rua para a casa e devolver a casa à rua) foi ou é um dos núcleos de sentido de praticamente todos os rituais e celebrações populares no Brasil.

A última foto do mosaico demonstra a força da tradição, compreendida como sendo dinâmica e que no seu próprio interior trava lutas para continuar acontecendo, sendo por isso necessárias adaptações, conforme expuseram Giddens (2003) e Hobsbawn (2012) ao estudarem a importância e a dinâmica das tradições. Trazendo estas reflexões para aquele contexto festivo, pode-se compreender que o palco no meio da rua não era suficiente para alterar a dinâmica devocional, por isso foi transposto pelas laterais, mesmo que por alguns instantes as filas dos foliões não ficassem alinhadas.

Inúmeras têm sido as interferências quando a Folia transita pelas ruas da cidade, desde o trânsito veículos que poucas vezes é impedido anteriormente, como o excesso de pessoas aglomeradas na praça, antigo Largo da Matriz, que dificulta a passagem dos foliões.

Em momentos não muito distantes os foliões reclamavam que vinham desarrumados ou mesmo sujos do *giro* e ao adentrarem a cidade encontravam inúmeros cavaleiros bem arrumados, o que os constrangia. Desde então tem sido usados uniformes para evitar tais descontentamentos. Outro transtorno era a presença de políticos junto aos alferes na *chegada* da Folia, o que acarretava transtornos envolvendo descontentes ou mesmo a imprensa.

Foi uma rede nacional que parou, por significativo tempo, a *chegada* da folia, para que esta entrasse com um link ao vivo de poucos segundos,

durante entrevista com uma dupla sertaneja em um programa dominical, conforme relatos de Veiga (2005).

A chegada de igrejas evangélicas a Pirenópolis também contribuiu para interferir na folia, pois algumas delas se localizam na passagem dos foliões e por vezes ministram cultos no momento, recorrendo a som alto e aglomerado de carros de fieis junto às igrejas. O curioso é que durante as pesquisas de campo nos deparamos com alguns evangélicos nos pousos de folia. Há uma família que atualmente é evangélica e que produz a comida de inúmeros pousos da Folia do Divino que acontecem pelas fazendas pirenopolinas.

Pirenópolis mesmo diante das novas tendências econômicas, representadas pelas diversas atividades ligadas ao turismo, mantém preservadas suas tradições como a Folia do Divino Espírito Santo que ocupa efemeramente as ruas da cidade, alterando assim as práticas cotidianas dos habitantes locais.

Considerações Finais

As devoções são uma necessidade do ser humano, na tentativa do *religare*, pois isso muitas das práticas devotivas são ritualizadas em manifestações populares, quando as pessoas buscam estabelecer contatos diretos, sem intermediações — como as feitas pelas instituições religiosas.

Refletir sobre a Folia do Divino Espírito Santo, propicia uma investigação que volta às lidas rurais, pois o *giro* ocorre por propriedades rurais dispostas pelo território pirenopolino. Mas é engano pensar que as tradições festivas afloram apenas fora do perímetro urbano; a cidade passa a reviver ou pelo menos reconhecer que traz consigo uma herança cultural fortemente marcada pelas atividades da agropecuária.

As ruas são tomadas por cavalos que convivem pacificamente nas negociações entre motoristas e cavaleiros, mas que acabam por incomodar ou assustar os turistas que conduzem seus veículos.

Foi a partir deste encontro de passado e presente, perceptível ao longo do tempo pelo *giro* da folia, que observamos atividades econômicas diversas,

assim como a valorização desta importante manifestação cultural popular, que passou por significativo reconhecimento com o processo que culminou com o Registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis como Patrimônio Cultural do Brasil, abarcando todos os seus momentos, dentre eles a Folia com sua *saída e chegada*.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. 2. ed. Campinas/SP: Papirus, 2001.

_____. *De tão longe eu venho vindo: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás*. Goiânia, UFG, 2004.

COELHO, Gustavo Neiva. *Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano*. Goiânia: Ed. UCG, 1996.

_____. *Arquitetura da mineração em Goiás*. 2. ed. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2007.

COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena D'Ayala. *Patrimônio cultural edificado*. Goiânia: Ed. UCG, 2001.

GIDDENS, Antony. *Mundo em descontrole*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 108p.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. 2. ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012. 395p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Legislação de proteção: Pirenópolis-GO*. Brasília: IPHAN, 1996.

JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. Goiânia: UFG, 1971.

_____. *Famílias Pirenopolinas* (Ensaio genealógico). Goiânia: UFG, 1973. Vol II. 393p.

LEAL, Oscar. *Viagem às terras goianas* (Brasil Central). Goiânia: UFG, 1980.

MAGALHÃES, Luiz Ricardo, ELEUTÉRIO, Robson. *Estrada Geral do Sertão: na rota das nascentes*. Brasília: Editora Terra Mater Brasilis, 2008.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense*. Goiânia: Agepel, 2001.

PALACÍN, Luís. *O século do ouro em Goiás*. 4. ed. Goiânia: UCG, 1994.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1976.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS. Decreto nº 614/1997, de 13 de maio de 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de Goiás*. Trad. Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/USP, 1975.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*: estudos sistemáticos dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Trad. Mariano Ferreira. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. 184p.

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloísa Veloso e. *A casa goiana*: documentação arquitetônica. Goiânia: Ed. UCG, 2003.

VEIGA, Felipe Berocan. A folia continua: vida, morte e revelação na Festa do Divino de Pirenópolis, Goiás. In: CARVALHO, Luciana (Org.). *Divino Toque do Maranhão*. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2005. pp. 83-94.